

ELIOGASPARI E O ELOGIO DA TRANSIÇÃO CONSERVADORA¹***ELIO GASPARI AND THE PRAISE OF THE CONSERVATIVE TRANSITION******ELIO GASPARI Y EL ELOGIO DE LA TRANSICIÓN CONSERVADORA***

GILBERTO CALIL

Doutor em História - UFF

Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

gilbertocalil@uol.com.br

Resumo: Este artigo propõe analisar criticamente a interpretação do jornalista Elio Gaspari acerca do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979), desenvolvida nos livros *A ditadura derrotada* e *A ditadura encurralada*, que constituem a Série “O Sacerdote e o Feiticeiro”. Esta interpretação considera que os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva impulsionaram o processo de democratização, considerando-os como hábeis condutores de um processo que superou desafios diversos e propiciou um avanço na transição para a democracia. Propomos, ao contrário, uma revisão crítica do projeto por eles proposto, da forma como se relacionaram com os diferentes grupos políticos e do papel desempenhado pela repressão durante o período em foco, considerando que o projeto distensionista por eles proposto visava criar condições para uma transição que garantisse a consolidação e institucionalização do legado da ditadura e garantisse a impunidade aos agentes da repressão mesmo após a passagem do poder aos civis.

Palavras-chave: Ditadura. Transição. Ernesto Geisel.

Abstract: This article proposes to analyze critically the interpretation of the journalist Elio Gaspari about Ernesto Geisel’s Government (1974-1979), developed in the books *The fallen dictatorship* and *The cornered dictatorship*, which constitute the series “The Priest and the Sorcerer”. This interpretation considers that the generals Ernest Geisel and Golbery do Couto e Silva boosted the democratization process, considering them as tactful conductors of a process that overcame several challenges and provided advancement in the transition to democracy. On the contrary, we propose a critical review of the project proposed by them, the way they related to different political groups and the role played by the repression during the period in question, considering that the distensionist project proposed by them aimed to create conditions for a transition that assures the consolidation and institutionalization of the dictatorship’s legacy and the impunity to the agents of repression even after the shift of power to the civilians.

Keywords: Dictatorship. Transition. Ernesto Geisel.

Resumen: Este artículo propone analizar con una mirada crítica, la interpretación del periodista Elio Gaspari sobre el Gobierno de Ernesto Geisel (1974-1979), desarrollada en “A ditadura derrotada” y “A ditadura encurralada”, que constituyen la serie “O Sacerdote e o Feiticeiro”. La presente interpretación considera que los generales Ernesto Geisel y Golbery do Couto e Silva impulsaron el proceso de democratización, los considerando como hábiles conductores de un proceso que superó desafíos diversos y favoreció un avance en la transición para la democracia. Al revés, se busca un repaso crítico del proyecto por ellos presentados, cómo se relacionaron con los diferentes grupos políticos y del papel desarrollado por la represión durante el periodo en foco, considerando que el proyecto *distensionista*

¹ Artigo submetido à avaliação em 15/04/2014 e aprovado para publicação em 21/05/2014.

visaba crear condiciones para una transición que garantizara la consolidación e institucionalización del legado de la dictadura y de la impunidad a los agentes de la represión aunque tras el pasaje del poder a los civiles.

Palabras clave: Dictadura. Transición. Ernesto Geisel.

Apresentação

O longo processo de transição que encaminhou a substituição da ditadura empresarial-militar brasileira pelo Estado de Direito é ainda pouco investigado, ainda que seus limites e contradições determinem situações ainda não superadas pela sociedade brasileira, destacadamente no que se refere a não punição dos criminosos que perpetuaram a violência política, à manutenção em funcionamento de vasto aparato coercitivo e do caráter militarizado das polícias que volta-se contra quaisquer manifestações populares de caráter progressista e cotidianamente atinge a juventude das periferias. Da mesma forma, o “legado” econômico da ditadura faz-se presente no atual monopólio da comunicação de massas detido por grandes grupos altamente concentrados e na consolidação de um pequeno número de empreiteiras com alta concentração de capitais e forte influência política que controlam a quase totalidade do setor da construção civil (fortalecido pelo atual ciclo de mega-eventos), além de investirem em diversos outros setores e inclusive no mercado externo.²

Não obstante, permanece socialmente dominante uma memória sobre o processo de democratização que minimiza seus limites e contradições e perpetua mitos oriundos da própria ditadura e dos agentes da transição pelo alto, para fundar uma “boa memória”,³ centrada na reconciliação e na perpetuação do legado da ditadura e no veto à reabertura de discussão acerca da anistia conferida pelos ditadores aos agentes do terrorismo de Estado.

² Ver a respeito: FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio Janeiro: EPSJV, 2010; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012; SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal*. Cascavel: Edunioeste, 2009, p. 203-207

³ Ricard Vinyes designa como “boa memória” a memória imposta a partir do Estado, que se constitui como uma memória oficial, naturalizadora, que deixa de considerar as tensões e conflitos e se constrói como parte de um projeto de reconciliação sem acerto de contas com o passado nem com a efetiva investigação histórica dos processos. VINYES, Ricard. *Asalto a La memoria: impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas*. Barcelona: Lince, 2011; _____. *El estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009.

Este artigo propõe analisar criticamente a contribuição da obra de Elio Gaspari para o fortalecimento destes mitos e de uma interpretação conservadora que saúda o formato conciliador e restrito do processo de transição brasileiro. Especificamente propomos a discussão dos dois volumes dedicados ao governo Ernesto Geisel (*A ditadura derrotada*⁴ e *A ditadura encurralada*⁵). Mas para isto é necessário antes situar de forma mais ampla a obra de Gaspari sobre a ditadura.

Elio Gaspari e a ditadura

O conjunto de livros de Elio Gaspari sobre a ditadura é constituído de quatro volumes lançados entre 2002 e 2004, além dos quais se anuncia o lançamento de um quinto volume inédito, já adiado diversas vezes e ainda sem data definida.⁶ Os dois primeiros volumes (*A ditadura envergonhada*⁷ e *A ditadura escancarada*⁸), lançados em 2002, constituem a série “As Ilusões Armadas”, ao passo que os dois seguintes (*A ditadura derrotada* e *A ditadura encurralada*), lançados respectivamente em 2003 e 2004, constituem a série “O Sacerdote e o Feiticeiro”, da qual deve fazer parte também o inédito *A ditadura acabada*.

Deve-se notar que o lançamento deste conjunto de livros entre 2002 e 2004, precedido por intensa campanha publicitária e acompanhado por grande cobertura da imprensa, incidiu diretamente no debate e reavaliação historiográfica que marcou os 40 anos do Golpe de 1964, em 2004. A obra de Gaspari teve grande repercussão na produção historiográfica da última década. Suas principais teses retomam a proposição originalmente defendida por Argelina Figueiredo, segundo a qual em 1964 “*nem a esquerda nem a direita possuíam apego ao regime democrático*”⁹, e influenciaram inúmeros historiadores e cientistas políticos, impulsionando a publicação de diversas reinterpretações sobre o Golpe e a Ditadura, a começar pela produção do

⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

⁵ Id. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

⁶ Disponível em: <<http://www.intrinseca.com.br/site/2013/01/elio-gaspari-na-intrinseca/>>, Acesso em: 20 mar. 2014.

⁷ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

⁸ Id. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

⁹ GAPARINI apud MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. *História & Luta de Classes*, n. 17. Marechal Cândido Rondon, Gráfica Líder, 2014, p. 12. De acordo com a interpretação de Melo, a obra de Figueiredo teve boa acolhida nos anos 1990 por “*sintetizar o espírito contrarreformista da Época neoliberal*”. Ibid, p. 13.

Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. ISSN:1808-8031

historiador Marco Antonio Villa, que foi consultor e revisor de seus livros e em diversas obras levou adiante em seus elementos centrais a interpretação proposta por Gaspari.

A reflexão crítica sobre a obra de Elio Gaspari é necessária, pois sua importância e impacto não devem ser subestimados. Este conjunto de livros, que totaliza mais de duas mil páginas, propõe de fato uma explicação de conjunto para a ditadura, foi produzido com base em documentos restritos aos quais o autor teve acesso privilegiado, e contou com vasta estrutura de pesquisa, tendo à sua disposição um investimento bancado pela Companhia das Letras que à época superava R\$ 1 milhão. Além disso, a série vendeu mais de 400 mil exemplares pela Companhia das Letras. Em 2013, já sob o selo de outra editora (Intrínseca), em nova operação publicitária, os livros foram relançados, no contexto das comemorações dos 50 anos do Golpe, em uma tiragem inicial de 30.000 exemplares de cada volume.¹⁰

A produção desta obra é envolta por incontornável questão ética: o acesso exclusivo aos arquivos de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, confiados a Gaspari e utilizados para redação de sua obra foram mantidos longe do alcance dos demais pesquisadores. Esta documentação permaneceu sob controle privado de Elio Gaspari e apenas recentemente, em resposta às críticas recebidas, Gaspari começou a divulgar alguns documentos em um sítio eletrônico voltado à divulgação de seus livros. No entanto, esta divulgação é feita de forma seletiva e arbitrária, mantendo o conjunto da documentação longe do acesso público. O sítio “Arquivos da Ditadura – Documentos reunidos por Elio Gaspari” traz a seguinte explicação: “Durante os últimos trinta anos, Elio Gaspari reuniu os documentos que serviram de base para a edição e a reedição de seus livros sobre o governo militar no Brasil”. Informa ainda que “entre eles, há 10 mil provenientes do arquivo do general Golbery do Couto e Silva”, e conclui informando que “este site disponibiliza uma seleção desse rico material” e que “É a primeira vez que esses documentos ficam disponíveis para consulta na internet”.¹¹ Reunidos por Gaspari – ou a ele cedidos, conforme é relatado pelo próprio Gaspari no prefácio da obra – os documentos provenientes do arquivo do general Golbery são de inegável interesse público e só a disponibilização integral do conjunto da documentação permitirá a todos os pesquisadores as condições adequadas para a devida avaliação da interpretação proposta por Gaspari.

¹⁰ Cf. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/tag/elio-gaspari/>>, Acesso em: 04 mar. 2014.

¹¹ Disponível em: < <http://arquivosdaditadura.com.br/arquivo>> Acesso: em 3 mar. 2014.

A inequívoca semelhança entre a interpretação proposta por Gaspari e a auto-representação dos ditadores que a cederam – em particular Geisel e Golbery - já foi objeto da crítica de Mário Maestri e Mário Augusto Jakobskind: “*A conclusão da leitura dos dois presentes livros permite ao leitor responder à pergunta inicial do autor sobre as razões de Geisel e Golbery guardarem e entregarem a ele seus arquivos, concedendo-lhe o privilégio de um longo convívio e demoradas entrevistas*”.¹² Dos agradecimentos feitos por Gaspari constam inúmeros apoiadores civis da ditadura (como José Sarney, Antonio Carlos Magalhães e Antonio Delfim Netto) e militares envolvidos com a repressão política, incluindo-se uma referência emblemática: “*Ao coronel Carlos Brilhante Ustra devo longos esclarecimentos sobre a estrutura dos DOIS e do CIE*”.¹³ Não é razoável tratar como “esclarecimento” a versão de um notório torturador sobre o funcionamento dos Departamentos de Ordem Interna e do Centro de Informações do Exército, destacados aparatos repressivos.

A série “As Ilusões Armadas” (constituída pelos volumes *A ditadura envergonhada* e *A ditadura escancarada*) não constitui nosso objeto de análise principal, mas é necessário recuperar algumas das avaliações críticas que indicam os eixos centrais de sua interpretação, como a suposição de que havia um “golpe de esquerda” em curso, a desqualificação pessoal de João Goulart e a minimização da repressão nos primeiros anos da ditadura.¹⁴ O historiador João Amado sintetiza o sentido geral conservador desde volumes:

A interpretação de Gaspari é superficial e ainda tenta isentar as classes empresariais transnacionais e organismos estadunidenses de maiores responsabilidades no golpe militar e na repressão. (...). A grande imprensa, como um partido único, fez resenhas laudatórias, num formidável trabalho de preparação do leitor para considerar os livros de Gaspari as obras máximas da historiografia sobre a ditadura.¹⁵

No mesmo sentido, Maestri e Jakobskind ressaltam a ocultação do caráter de classe do Golpe e da Ditadura na narrativa de Gaspari:

¹² MAESTRI, Mário José; JAKOBSKIND, Mário Augusto. A ditadura envergonhada. *História & Luta de Classes*, n. 1, Rio de Janeiro, 2004, p. 131.

¹³ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002, p. 17. A referência é reproduzida com ligeira variação no último volume: “*O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra explicou-me a ação do Centro de Informações do Exército em 1977*”. GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004, p. 17. Grifo meu.

¹⁴ É muito significativo que embora cite mais de 200 obras na bibliografia de seu primeiro volume, no qual discute o Golpe de 1964, Gaspari omita qualquer referência à obra fundamental de René Armand Dreifuss (*1964: a conquista do Estado*. Vozes, Petrópolis, 1981), que revela a longa e meticulosa preparação do Golpe de Estado, com envolvimento de grupos capitalistas nacionais e estrangeiros e do governo dos Estados Unidos.

¹⁵ AMADO, João. A ditadura de Gaspari. Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/al270120043p.htm>> Acesso em: 22 fev. 2014.

Nessa narrativa de um simplismo às vezes constrangedor, o golpe de 1964 deixa de ser a imposição radical pelas classes hegemônicas de novo padrão de acumulação, em detrimento dos trabalhadores, projeto que fracassara em 1954 e 1961 devido à insurreição popular nascida do suicídio de Getúlio e do movimento pela Legalidade. Gaspari praticamente absolve o empresariado nacional da responsabilidade política da consolidação da ditadura, transformada em um sucesso essencialmente militar.¹⁶

Um dos principais eixos da interpretação de Gaspari é a suposição de uma radical oposição entre os militares “moderados” e os “duros”, sendo apenas os últimos responsabilizados pela dinâmica repressiva. Para isto, denomina o período imediatamente posterior ao Golpe – sob o governo do “moderado” Castelo Branco – como “ditadura envergonhada”, minimizando claramente os atos de violência executados neste período e apontando o Ato Institucional Número 5, em 1968, como marco da transformação da ditadura de “envergonhada” em “escancarada”. O historiador Waldir Rampinelli critica esta interpretação:

O golpe de 1964 violentou o Estado de direito, e o Ato Institucional 5 foi apenas uma conseqüência de seu aprofundamento. Considerar que a ditadura começou com a edição do AI5 em 13 de dezembro de 1968 significa relativizar o período anterior que derrubou um presidente constitucional, desrespeitou as liberdades individuais e coletivas e submeteu o país aos interesses do capital internacional. Essa ditadura, inclusive, não estaria envergonhada, mas muito bem assumida. Daí que, se “o exército dormiu janguista”, acordou golpista, e não “revolucionário”. Portanto, o AI5 não é o resultado do crescimento do “terror de esquerda”, mas sim da necessidade de institucionalização do terror de Estado.¹⁷

A oposição entre “moderados” e “duros” como chave explicativa e a ênfase no Ato Institucional número 5 como marco de ruptura maior – até mesmo do que o próprio Golpe de 1964 – é certamente uma das principais contribuições de Gaspari para uma leitura revisionista. O impacto de sua obra sobre os historiadores não pode ser desconsiderado. O historiador Demian Melo considera que o ano de 2004 foi marcante para a afirmação da visão revisionista em torno do Golpe e da Ditadura, “*que, grosso modo, se resumia a três teses: 1) ‘esquerda e direita foram igualmente responsáveis’; 2) na verdade, ‘havia dois golpes em curso’ nos idos de 1964; 3) a resistência à ditadura não passou de um mito*”.¹⁸ Claramente estas três teses estão presentes na obra de Gaspari e perpassam seus dois primeiros volumes, conforme observado vários críticos acima mencionados.

¹⁶ MAESTRI; JAKOBSKIND, op. cit., p. 126-127.

¹⁷ RAMPINELLI, Waldir José. As ditaduras envergonhada, escancarada e derrotada de Elio Gaspari: uma grande obra com grandes lacunas. *Lutas Sociais*, n. 11/12, São Paulo, 2004, p. 207.

¹⁸ MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: _____ A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 158.

A desqualificação da resistência promovida sistematicamente por Gaspari em *A ditadura escancarada* é discutida pela historiadora Carla Luciana Silva, que indica que “São incontáveis as vezes que Gaspari fala em “terrorismo” e “surto terrorista”. Quando fala de um refluxo do movimento, é sarcástico: ‘os combatentes refluíram para lambar as feridas’. (...) Terrorismo, portanto aparece como uma palavra natural. Já “expropriações”, nas poucas vezes que aparece está entre aspas.”¹⁹ A autora conclui que “a concepção de Gaspari sobre a ditadura reproduz a lógica da própria ditadura. Ele trata de forma desigual suas fontes, reproduzindo como verdade o discurso dos generais e questionando a intencionalidade das falas resistentes”.²⁰

Os livros que constituem a série seguinte (“O Sacerdote e o Feiticeiro”), ao contrário, não foram objeto, salvo engano, de uma avaliação crítica sistemática. Dentre as várias resenhas críticas, apenas a de Rampinelli chega a abarcar o primeiro dos volumes desta série (*A ditadura derrotada*) e embora de forma muito rápida, já antecipa uma apreciação crítica à narrativa centrada no “sacerdote” e no “feiticeiro”:

O sacerdote (Geisel) e o feiticeiro (Golbery) são apresentados como os desmontadores de uma longa ditadura militar, numa atitude de simpatia, quando não de admiração, embora discordando de suas posturas em direitos humanos. Na verdade, ambos arquitetaram e executaram uma ditadura implacável para com seus opositores políticos, benevolente para com seus apoiadores empresários e toda submissa a seus mentores e admiradores capitalistas nacionais e estrangeiros.²¹

É justamente a interpretação de Gaspari sobre o papel desempenhado por Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva e sua conexão com a interpretação mais geral acerca do processo de transição que discutiremos a seguir.

O “sacerdote” e o “feiticeiro”

A contracapa dos volumes que constituem a série “O sacerdote e o feiticeiro” reproduz breves apreciações laudatórias de políticos, jornalistas e historiadores. Dentre elas destaca-se a do brasilianista Thomas Skidmore, que afirma: “*Elio Gaspari faz a história como quem escreve um romance. Os retratos que constroi ao longo do texto são memoráveis*”. Não é o

¹⁹SILVA, Carla Luciana. O discurso da ditadura na obra de Elio Gaspari. In: ALVES, Clarissa; PADRÓS, Enrique (Org.). JORNADA DE ESTUDOS SOBRE DITADURAS E DIREITOS HUMANOS, 2., 2013, Porto Alegre. *Anais...*Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2013, p. 205

²⁰ Ibid., p. 206

²¹ RAMPINELLI, op. cit., p. 208.

caso de questionar a qualidade literária dos livros ou a habilidade narrativa do autor, que efetivamente constrói uma trama capaz de prender o leitor em torno do suspense acerca dos eventos que se seguirão, tal qual um bom romance. Mais relevante aqui, ao contrário, é compreender como se estrutura este romance, quais são seus pressupostos e, sobretudo, como são apresentados seus protagonistas, convertidos em verdadeiros heróis da trama

Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva – respectivamente, o “sacerdote” e o “feiticeiro” –, protagonistas da trama, são apresentados como sendo os grandes responsáveis pela abertura política planejada e executada ainda nos anos 1970. A trama é permeada pelas idiosincrasias pessoais vaidades, orgulho, rivalidades, ambições, convicções, inveja, sobretudo dos atores militares, cujo papel é sempre supervalorizado. Tal concepção de história conduz a um “universo analítico quase oitocentista”, conforme já observado por Maestri e Jakobskind para os dois primeiros livros:

É com surpresa que os leitores penetram numa espécie de máquina do tempo que os projeta em um universo analítico quase oitocentista, onde os fatos históricos resolvem-se sobretudo a partir da decisão, das qualidades e das idiosincrasias dos grandes atores políticos. Um cenário em que as massas populares não aparecem nem mesmo como figurantes.²²

De acordo com eles, ainda, esta visão da história “*leva o autor, ao modo da literatura romântica do século 19, a traçar breves perfis psicológicos dos grandes homens, para deduzir deles sumariamente seus comportamentos políticos e, assim, assentar a explicação de momentos históricos singulares das idiosincrasias pessoais dos personagens excelentes*”.²³ O mesmo procedimento pode ser verificado em “O sacerdote e o feiticeiro”, a começar pela qualificação dos dois protagonistas que nomeia a série.

Tomando o projeto distensionista formulado por Golbery e assumido por Geisel como fio condutor, Gaspari constrói sua trama com base em uma oposição que deixa de contrapor defensores e opositores da ditadura e passa a considerar como linha demarcatória a que separa apoiadores e opositores do projeto distensionista. Com esta nova polarização, coloca de um lado os apoiadores e opositores tidos como moderados, e do outro os apoiadores e opositores (des)qualificados como “radicais”, dentro de uma estrutura narrativa fortemente maniqueísta. O critério de corte que separa ambas as posições é a aceitação ou não da perspectiva geisel-

²² MAESTRI; JAKOBSKIND, op. cit., p. 126.

²³ Ibid., p. 126.

Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. ISSN:1808-8031

golberiana de defesa de uma “transição lenta, gradual e segura”, que seria imposta simultaneamente contra os “radicais da linha dura” e os “radicais da oposição” (sic).

Na interpretação de Gaspari, o projeto distensionista não seria resultado de uma necessidade política ou econômica, mas sobretudo fruto da vontade de Geisel e da inspiração de Golbery. Já na primeira página da “Explicação” que abre *A ditadura encurralada*, argumenta neste sentido, refutando a existência de uma crise econômica: “*A ditadura militar estava economicamente robusta. Num regime de pleno emprego, a economia crescia, na média, a taxas de quase 7% ao ano. Também tinha prestígio internacional*”.²⁴ É imperativo observar que esta interpretação coincide inteiramente com a visão que o próprio Geisel manifestou em suas memórias. Perguntado sobre “*como nasceu o projeto de abertura, de distensão*”, em depoimento concedido entre 1993 e 1994, Geisel respondeu:

Isso era assunto da minha conversa com o Golbery, que era muito favorável à abertura e à distensão. Golbery, excelente oficial, muito preparado, tinha uma cultura humanista muito desenvolvida e uma mentalidade muito superior à da maioria dos oficiais do Exército. Via o Brasil de uma forma diferente. Sabia que o processo de abertura não seria fácil, que teríamos que vencer uma série de obstáculos. Era uma meta, um objetivo que tínhamos que atingir. Daí começamos a conversar, a planejar, a discutir como e quando iríamos marchar para a abertura.²⁵

Atribuídos a Geisel e a Golbery a iniciativa e o protagonismo do processo, restava identificar os obstáculos, constituídos pelos radicais “da esquerda e da direita”. Gaspari lamenta as dificuldades impostas pela ação destes “radicais” de ambos os lados:

Tudo teria sido mais fácil se a realidade fosse diferente e o governo pudesse ter reconhecido a ocorrência de milhares de casos de tortura e de centenas de assassinatos. (...) Mas o caminho estava obstruído à esquerda e à direita. À esquerda pela possibilidade de a oposição pedir a punição aos torturadores (no máximo) ou a anistia das vítimas (no mínimo). À direita, pelas convicções de Geisel. Se elas não bastassem, havia as do General Frota, que oferecia sua “gratidão” aos anônimos e abnegados defensores da ordem pública, vítimas da “calúnia e da perfídia” e da “insidiosa campanha de subversão internacional”.²⁶

Fica nítido aqui quais eram os indicadores de “radicalismo” assumidos por Gaspari como “obstáculos” interpostos pela esquerda: a possibilidade de a oposição pedir a punição aos torturadores e até mesmo a incontornável anistia das vítimas. É difícil imaginar como seria um processo de “abertura” que não contemplasse sequer a anistia das vítimas. É curioso observar ainda nesta passagem que dentre os obstáculos “à direita” aparecem não apenas os “duros” –

²⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004, p.13.

²⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 263-264.

Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. ISSN:1808-8031

personalizados no General Sylvio Frota – mas as próprias convicções de Geisel, que a despeito de sua iniciativa no desencadeamento processo de abertura, condicionariam um ritmo especialmente lento e seguro.

Um elemento particularmente importante na concepção proposta por Gaspari é o reconhecimento de um campo “moderado” que reuniria apoiadores da ditadura menos comprometidos com o aparato repressivo e opositores integrantes da fração conservadora do MDB. No primeiro grupo estariam, além de Geisel e Golbery, Heitor de Aquino Ferreira (secretário particular de Geisel entre 1972 e 1979); João Batista Figueiredo (Chefe do Serviço Nacional de Informações durante o governo Geisel); Petrônio Portela (parlamentar da ARENA e presidente da Câmara dos Deputados durante o governo Geisel); e Paulo Egydio Martins (governador de São Paulo entre 1972 e 1979). No segundo, lideranças do MDB que se opunham aos autênticos e propugnavam pela negociação com a ditadura nos termos por ela impostos: Thales Ramalho (secretário-geral do MDB durante todo o governo Geisel e saudado por Gaspari como “*um caso raro de anticomunista ostensivo no MDB*”²⁷); Tancredo Neves (cuja moderação e capacidade de entendimento eram aplaudidas, em oposição à suposta intransigência de Ulysses Guimarães; e Raymundo Faoro que frente ao impasse provocado pelo Pacote de Abril de 1977, teria desempenhado “*um papel solitário e intelectualmente criativo na política brasileira*”, utilizando-se de sua posição à frente da Ordem dos Advogados do Brasil para encaminhar a retomada do projeto distensionista, com a intenção de “*iniciar um processo viável de conciliação*”²⁸ Tal “processo viável” implicava em assumir uma posição “minimalista”: “*Faoro afastara-se das principais bandeiras da propaganda oposicionista, a convocação de uma Assembleia Constituinte e a promulgação da Anistia*”.²⁹ Desnecessário lembrar que, com centenas de militantes no cárcere da ditadura, a reivindicação da Anistia não era mera “bandeira de propaganda”, mas uma demanda muito concreta. Ainda assim, o “minimalismo” de Faoro é festejado por Gaspari:

A agenda enxuta do presidente da OAB retomava a “estratégia incremental” proposta em setembro de 1973 pelo professor Wanderley Guilherme dos Santos,³⁰ a qual fora

²⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004, p. 390.

²⁷ Em 1980 Ramalho integrou-se ao Partido Popular, mas quando este se incorporou no PMDB, preferiu ingressar no Partido Democrático Social (PDS), continuador direto da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

²⁸ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004, p. 449.

²⁹ *Ibid.*, p. 450.

³⁰ De acordo com a historiadora Rejane Hoeveler, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos proferiu uma conferência no Congresso Nacional em setembro de 1973, convidado pelo senador José Sarney (ARENA), na qual

duramente criticada no meio acadêmico e pelos “autênticos” do MDB. Sugeriu que a ordem política fosse descomprimida por etapas, buscando-se evitar os riscos de uma “recompressão”. Passado quatro anos, o caminho mostrava-se não apenas funcional, mas também inevitável.³¹

Avaliar se tal caminho era funcional, além de impor a questão complementar acerca de “para quem”, demanda um balanço mais geral do avanço da “transição” sob o governo Geisel, o que retomaremos na próxima seção. Interessa-nos agora ressaltar o elogio à extrema moderação de uma oposição que aceitava negociar dentro do paradigma imposto por Geisel e Golbery. Gaspari acrescentava ainda a ameaça da “linha dura”: “*Em 1977, ficava claro que, se os quartéis se movessem, o general Sylvio Frota derrubaria Geisel*”.³² Assim, aceitar o paradigma da descompressão, nas condições impostas pelo “sacerdote” e pelo “feiticeiro” seria um grande acerto político, permitindo evitar a reação da “linha dura”.

Encontramos então, do outro lado da barricada, colocando-se como obstáculo à abertura segundo a interpretação de Gaspari, os “radicais”, termo que abarca em sua narrativa simultaneamente a ultradireita e os setores da oposição que refutavam o projeto de descompressão controlada. O primeiro tinha à frente o General Sylvio Frota, Ministro do Exército de Geisel e que aparece como principal entrave ao projeto de Geisel. A seu lado, oficiais diretamente engajados no aparato repressivo, especialmente o General Ednardo D’Avila Mello, comandante do II Exército do início do governo Geisel até janeiro de 1976, e o General Confúcio Danton de Paula Avelino, chefe do Centro de Informações do Exército, igualmente demitido em janeiro de 1976. A estes “radicais” da “linha dura” militar, Gaspari acrescenta a bancada “frotista” que existiria dentro da ARENA, que dimensionava em 90 deputados federais. Mas quem seriam os radicais do “outro lado”, sobretudo considerando-se a derrota militar e esfacelamento da resistência armada? Na interpretação de Gaspari, ela seria constituída sobretudo pelos “autênticos” do MDB, tidos como incapazes de compreender a necessidade de imprimir moderação e ritmo lento ao processo. Isto se verifica na forma como assume e naturaliza a interpretação de Geisel acerca da “pouca colaboração do MDB”: “*Geisel aborreceu-se com*

se propunha a colaborar “*para a elaboração de uma estratégia não revolucionária de substituição do sistema político autoritário por outro, mais estável porque institucionalizado*”. Na concepção de Santos, a descompressão deveria ser gradativa, incrementalista, controlada e acompanhada “*da repressão ao que for considerado (pelo governo) como um ‘abuso da liberdade’ concedida*”. HOEVELER, Rejane Carolina. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil, 1972-1973*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 39-40.

³¹ Ibid., p. 450-451.

³² Ibid., p. 451.

Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. ISSN:1808-8031

MDB, por achar que partido apoiava reivindicação de reajuste dos militares – ‘Daqui a pouco acabo fechando o Congresso. (...) Eles não querem distensão, não, Golbery. Eles querem precipitar os acontecimentos. Não viram que esse troço só pode ir devagarzinho... A coisa estoura em cima deles e do país’.³³ Dentre as lideranças do MDB vistas por Gaspari como “radicais” está até mesmo Ulysses Guimarães, que, em contraposição à “prudência e moderação” de Thales Ramalho (e de Tancredo Neves), é apresentado como “ambicioso”: “Thales queria negociar o fim da ditadura. Ulysses queria o passo seguinte: o poder”.³⁴ A suposta intransigência de Ulysses é responsabilizada pelo retrocesso configurado pelo “Pacote de Abril” imposto por Geisel, pois o “Pacote de Abril” foi imposto na sequência do fechamento do Congresso por Geisel em represália à não aprovação de um projeto de emenda constitucional voltado a reformar o Judiciário, para a qual Ulysses teve papel relevante. De acordo com a narrativa de Gaspari, Tancredo Neves e Thales Ramalho teriam proposto deixar “questão aberta”, com o que parte da bancada do MDB votaria com o governo e “cederia” a vitória a Geisel: “Tancredo não via motivo para se ir a um choque por conta de um tema (os “predicados da magistratura”) incompreensível para a opinião pública. Ademais, não fazia sentido lutar por um Judiciário que sempre decidira em favor do regime”.³⁵ Segundo Gaspari, teria ocorrido uma reunião secreta entre Ramalho, Tancredo e Ulysses, na qual teriam acordado que fariam aprovar a “questão aberta” na reunião do Diretório Nacional do MDB. No entanto, Ulysses teria traído o acordo, manobrando a reunião para que fechasse questão contra o projeto. Efetivamente o Diretório Nacional do MDB fechou questão contra o projeto e impediu sua aprovação (que, por se tratar de emenda constitucional, necessitava de dois terços dos votos). Esta derrota foi apresentada por Geisel como justificativa para o fechamento do Congresso (argumento que é assumido na narrativa de Gaspari). Tal episódio teria ainda sacramentado o afastamento entre Tancredo e Ulysses e a polarização entre estratégias incompatíveis: “A partir desse dia, as relações de Tancredo Neves com Ulysses Guimarães jamais foram as mesmas (...). O futuro de

³³ HOEVELER, op. cit., p. 93.

³⁴ Ibid., p. 356. Este retrato é muito semelhante à apreciação feita por Geisel: “O Ulysses não [é construtivo]. Nunca construiu nada, na minha opinião. Sempre fez sua demagogia, sua politicagem, mas jamais produziu (...) De concreto, na vida pública, Ulysses fez apenas esse monstro que é a Constituição que está aí”. D’ARAÚJO; CASTRO, op. cit., p. 262.

³⁵ “Tancredo não via motivo para se ir a um choque por conta de um tema (os “predicados da magistratura”) incompreensível para a opinião pública. Ademais, não fazia sentido lutar por um Judiciário que sempre decidira em favor do regime”.³⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004, p. 359.

Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. ISSN:1808-8031

Tancredo dependia de uma saída negociada da ditadura. O de Ulysses do colapso".³⁶ Mas para além de seus efeitos políticos, é necessário problematizar o pressuposto enunciado por Tancredo Neves e assumido por Gaspari segundo o qual a reforma do Judiciário teria pouca importância. Esta reforma expressava, ao contrário, a perspectiva de institucionalização da repressão, produzindo uma legalidade adequada à efetivação da violência política dentro de certa normalidade, conforme indica claramente a análise do historiador David Maciel:

Desde o final de 1976, o governo procurava atrair o MDB para a discussão da "reforma do Judiciário" e para inserir na negociação reformas políticas mais amplas. A reforma do Judiciário inseria-se no projeto distensionista do governo, na medida em que transferia para o Poder Judiciário parte da função de salvaguarda da ordem, localizada essencialmente no Poder Executivo. O projeto do governo foi encomendado à Procuradoria Geral da República (...) e complementado por Geisel e pelo Ministério da Justiça. A ausência de debate público em torno do projeto foi uma das principais críticas que este recebeu, pois nem a OAB nem mesmo a presidência do STF foram consultadas. Além destas, foram criticadas as propostas de criação de um conselho nacional de magistratura, que assumiria a função de fiscalizar e punir os juízes, em lugar do uso do AI5 pelo presidente, o esvaziamento do poder decisório dos tribunais do júri, instância do Judiciário mais próxima ao cidadão comum, e a eliminação do recurso ordinário ao STF no que tange às decisões do Supremo Tribunal Militar. Esse expediente foi utilizado por muitos civis, particularmente para atenuar ou anular decisões tomadas pelo STF com base na Lei de Segurança Nacional. Além disso, o projeto do governo previa a continuidade da Lei Falcão nas eleições de 1978, com algumas modificações, e não contemplava uma reivindicação essencial do conjunto da oposição: o resgate do direito de *habeas corpus*. Na verdade, conforme o projeto distensionista, a reforma do Judiciário pretendia reativar uma instância da esfera de representação burocrática, o direito e o Judiciário, mas também transferir a responsabilidade pela defesa da ordem e os instrumentos de exceção que a garantiam, dando-lhe maior legitimidade e desconcentrando-os no Poder Executivo.³⁷

Com base nesta contextualização mais ampla, é possível compreender que muito além de ambições pessoais e disputas pelo "poder", estava em jogo o rumo do processo distensionista e a perspectiva de institucionalização e estabilização da repressão e seus instrumentos e que, portanto, caso permitisse a aprovação do projeto de emenda constitucional, o MDB não teria como se apresentar como expressão dos anseios dos setores descontentes nas eleições de 1978 que se avizinhavam. Além disso, Maciel salienta que no interior do partido "*os autênticos e neo-autênticos vinham fortalecendo sua posição, impulsionada pela participação expressiva das diversas organizações de esquerda nas eleições*",³⁸ o que ressalta a insuficiência

³⁶ *Ibid.*, p. 360.

³⁷ MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 146-147.

³⁸ *Ibid.*, p. 147.

de uma explicação que atribui a posição do MDB à “traição” ao acordo, resultante da ambição de um único homem.

É esta, portanto, a estrutura narrativa proposta no romance de Gaspari, articulada em torno do antagonismo entre os “moderados” e os “radicais”, mas sobretudo centrada nas ações dos personagens do próprio regime, muito especialmente os militares. Para ele, o governo Geisel teria sido marcado fundamentalmente pelo confronto entre o presidente e a “linha dura” comandada pelo General Sílvio Frota, o que inclusive impõe o marco temporal considerado decisivo: “*Entre as últimas semanas de 1974 e a jornada de 12 de outubro de 1977, quando Ernesto Geisel demitiu o ministro do Exército, general Sylvio Frota, a anarquia militar e o **poder republicano** do presidente enfrentaram-se*”.³⁹ Como em uma história com final feliz, a demissão de Frota teria encerrado o episódio decisivo da trama: “*À noite, quando Frota transmitiu o cargo ao seu sucessor, Fernando Bathlem, a anarquia estava enquadrada. Coube ao General Ernesto Geisel a defesa do **poder constitucional***”.⁴⁰ Detentor de um “poder republicano” e defensor do “poder constitucional”, Geisel não se situa em sua narrativa como o ditador que foi, e parece se converter justamente em seu contrário.

A polarização geral entre “moderados” e “radicais” proposta por Gaspari é extremamente problemática, antes de mais nada por apresentar como antagônicos personagens que integravam um mesmo governo e que eram agentes da imposição e perpetuação de um Regime ditatorial. As divergências reais entre eles no que se refere à condução deste processo são superdimensionadas por Gaspari e consideradas sempre como as demarcações fundamentais. Na história concreta, inúmeras situações particulares colocam problemas para a explicação por ele proposta. João Baptista Figueiredo, diretor do Serviço Nacional de Informações era integrante do grupo palaciano e aliado do projeto distensionista, mas nem por isto deixou de apoiar, em diversas ocasiões, o recrudescimento repressivo. O General Hugo Abreu, Chefe do Gabinete Militar de Geisel, era indubitavelmente um “duro”, sem por isto deixar de ser próximo ao presidente e com ele discutir os rumos da transição. O governador Paulo Egydio, imposto governador de São Paulo pela ditadura, é apresentado como um democrata sincero, odiado pela comunidade de informações e que teria chorado ao saber do assassinato de Wladimir Herzog. No entanto, em nenhum momento Gaspari explica porque este político “moderado” nomeou e

³⁹ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004, p. 14. Grifo meu.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 14. Grifo meu.

Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. ISSN:1808-8031

manteve à frente da Secretaria de Segurança Pública até 1978 o Coronel Erasmo Dias, identificado com as posições mais extremadas do terrorismo de Estado e que dentre muitos outros atos dos quais participou diretamente, comandou a violenta invasão da PUC-SP em setembro de 1977, com a prisão de 1.700 estudantes, dos quais 92 foram remetidos ao DOPS. Contradições como estas não são acidentais ou episódicas, mas ao contrário, expressam que, com suas diferenças e divergências, com suas vaidades e conflitos, “moderados” e partidários da “linha dura” tinham uma trajetória em comum desde a preparação e execução do Golpe de 1964, passando pela consolidação e radicalização da ditadura, e, mesmo que preconizassem rumos divergentes, continuavam tendo muitos pressupostos em comum

O governo Geisel e o projeto distensionista

Elio Gaspari compreende o governo de Ernesto Geisel a partir de uma chave explicativa psicologizante, segundo a qual todos os avanços e recuos são explicados como resultado da personalidade do presidente, e sobretudo de suas frequentes “explosões de raiva”, que ocorreriam sempre que algum ato “radical” confrontava a perspectiva distensionista. Geisel teria “explodido” diversas vezes ao ser informado das “barbaridades” que estavam sendo cometidas nos “porões”, mas também ao ter notícia de pronunciamentos de parlamentares “autênticos” do MDB que desnudavam os limites do processo de abertura supostamente em curso. Golbery, por sua vez, é considerado como um genial estrategista, que compreendia a história do Brasil como um movimento permanente de “sístoles e diástoles”, o que o teria levado a compreender que na segunda metade dos anos 1970 “*vivia-se o ocaso da sístole iniciada em 64, renunciando-se a diástole da redemocratização*”.⁴¹ Em vista disto, teria traçado uma estratégia, exitosa na avaliação de Gaspari, visando “*dobrar a espinha da oposição*” e com isto abrir o caminho ao movimento da “diástole da democratização”. Tal estratégia baseava-se no desencadeamento de pares de ações “contra a direita e a esquerda”, que demarcariam o caráter “centrista” do governo. De acordo com ela, “*os alvos preferenciais devem ser as extremas da direita ou da esquerda, permitindo-se aos elementos mais moderados deles desvincularem-se*”.⁴² A história concreta revela, no entanto, alguns elementos fundamentais da implementação desta

⁴¹ Ibid., p. 355.

⁴² Ibid., p. 255.

Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. ISSN:1808-8031

estratégia que não são levados em conta na análise de Gaspari. O primeiro é que o que Golbery considerava como “extrema-esquerda” inclui especialmente a oposição de esquerda que rejeitou a luta armada (PCB e até mesmo parte do MDB), enquanto a abrangência da “extrema direita” reduzia-se às frações do aparato repressivo que recusavam qualquer controle sobre suas ações. O segundo é que tais ações tinham intensidade incomparável: enquanto as ações contra a “extrema direita” produziam advertências, transferências e em casos extremos demissões, as ações contra a esquerda incluíam prisões, torturas e assassinatos. Não há comparação possível.

Para uma melhor compreensão do processo, é imprescindível situar o projeto distensionista e para onde Geisel pretendia conduzi-lo. Apenas desta forma pode-se restabelecer inteligibilidade às atitudes aparentemente contraditórias de Geisel, que são simploriamente tratadas por Gaspari como resultados de “explosões de raiva”, e igualmente qualificar a estratégia proposta por Golbery.

Ernesto Geisel assumiu o governo anunciando o início de uma “distensão lenta, gradual e segura”, sem precisar claramente seu ritmo ou as iniciativas que tomaria para colocá-la em prática. Na interpretação de David Maciel, *“a novidade desta etapa que configurou o início da transição foi a dinamização dos mecanismos de representação política previstos pela própria institucionalidade autoritária, como as eleições parlamentares, os partidos e o Poder Legislativo”*, a qual teria sido *“determinada pelo caráter de crise que se instalou no bloco do poder”*.⁴³ Não se trata de um projeto que visasse “conduzir o país à democracia”, mas de ajuste e consolidação da institucionalidade autoritária visando conferir-lhe maior estabilidade, o que correspondia aos interesses e era produto da iniciativa do grupo palaciano visando uma antecipação frente a dificuldades que já podiam ser percebidas: *“O projeto distensionista nasceu do seio da própria cúpula dirigente do Estado, num momento em que as referidas contradições da ordem burguesa ainda não se manifestavam em toda a sua plenitude, mas já indicavam a envergadura da crise através de diversos sinais”*.⁴⁴ Distante de pretender liquidar com a institucionalidade autoritária, tal projeto constituiria *“estratégia de antecipação adequada à manutenção da ordem social burguesa”*.⁴⁵ Rejane Hoeveler salienta a participação de intelectuais como Samuel Huntington, Wanderley Guilherme dos Santos e Roberto Campos na formulação do *projeto distensionista*, orientados pela perspectiva de estabilização da ordem política e superação

⁴³ MACIEL, op. cit., p. 85.

⁴⁴ Ibid., p. 87.

das contradições instaladas no interior do bloco no poder.⁴⁶ Encaminhando a transição para uma nova etapa de um mesmo projeto – a contra-revolução preventiva – o *projeto distensionista* visava sobretudo consolidar institucionalmente as metas atingidas pelo regime, o que não implicava necessariamente em encerrar a ditadura, pois “*a visão predominante nos planos descompressionistas era de que o regime continuaria, sob novas formas mais liberais e democráticas*”.⁴⁷ Neste sentido, o historiador Gelsom Rozentino de Almeida lembra que é importante distinguir ‘liberalização’ e ‘democratização’ e que o projeto de Golbery propunha “*uma tênue liberalização, desencadeada justamente através da liberação progressiva dos controles da censura, com a preocupação de evitar a perda do controle, transcorrendo um prazo bastante longo e com uma condução vigilante e ativa*”.⁴⁸ Para Hoeveler, mesmo o encaminhamento da transferência do poder aos civis não implicava em reversão do “objetivos alcançados” pela ditadura, pois do ponto de vista da classe dominante brasileira, “*a manutenção das FFAA no domínio do Estado durou enquanto foi necessária para atingir aquelas metas almejadas pelos setores que conspiraram pela derrubada do regime existente no pré-1964, e deixou de ser necessária no momento mesmo da consolidação destas metas*”.⁴⁹ Evidencia-se, portanto, que os formuladores do *projeto distensionista* não estavam rompendo com as premissas e fundamentos da ditadura (ainda que a fração militar articulada em torno do aparato repressivo confrontasse o projeto distensionista acusando-o de traição aos *ideais* da ditadura), mas, ao contrário, propunham um passo adiante, que visava garantir a consolidação das metas atingidas e a estabilização de Regime – se possível postergando indefinidamente a entrega do poder aos civis.

Levando-se em conta que eram estes os objetivos do projeto distensionista, não há nenhuma contradição ou paradoxo naquilo que Gaspari percebe como rumo mais ou menos errático do processo, marcado por sucessivos avanços e recuos. Sobretudo a distância entre as grandes expectativas geradas pelo anúncio feito no início do governo Geisel e o diminuto avanço

⁴⁵ Ibid., p. 90

⁴⁶ HOEVELER, op. cit.

⁴⁷ Ibid., p. 92.

⁴⁸ ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT e crise e democracia no Brasil, 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 41.

⁴⁹ HOEVELER, Rejane Carolina. A distensão gradualista: elaboração civil e militar no projeto estratégico de Geisel e Golbery (1972-1973). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 15., 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2012.

Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. ISSN:1808-8031

real do processo de “liberalização” no decorrer de seu governo, torna-se plenamente compreensível, e mais do que isto, inteiramente coerente com os objetivos de Geisel e Golbery.

O ano de 1975 foi marcante para a decepção daquelas expectativas, o que não deixa de ser observado no relato de Gaspari. O principal “avanço” por ele observado em 1975 – o fim da censura prévia ao jornal O Estado de São Paulo – visava, como o próprio Gaspari registra, “o restabelecimento da ordem na relação entre o regime e uma parte do conservadorismo liberal”.⁵⁰ Não se trata, portanto, de um efetivo avanço democratizante. De outro lado, os sinais de recuo ou congelamento da distensão foram inúmeros: a ênfase na continuidade da “revolução”, em detrimento ao prosseguimento da distensão que marcou o discurso de Geisel na comemoração do aniversário do Golpe (abril); a nota da ARENA afirmando que “*Geisel não pretende abrir mão dos poderes que o AI5 lhe confere em benefício da ordem, da tranquilidade e do desenvolvimento*” (junho)⁵¹; o discurso conhecido como “pá de cal”, no qual Geisel pretendeu transferir o foco da distensão para a “área social”, deslocando o debate para as metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (setembro); a manifestação de Geisel durante convenção da ARENA reafirmando a necessidade da política repressiva: “*O adversário, embora neutralizado, não foi destruído. É continuamente realimentado, inclusive com meios vindos do exterior e com a utilização de insidiosa propaganda e, assim, continua em atividade, exigindo que se lhe anteponha persistente ação preventiva e mesmo repressiva*”⁵²; e a cassação do mandato de dois parlamentares tidos como comunistas (dezembro). Enquanto isto, o aparato repressivo seguia em plena vigência, como discutiremos na próxima seção.

O ano de 1976 não seria mais promissor. Enquanto a ultradireita colocava bombas na sede de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa, e até mesmo na casa do proprietário das Organizações Globo, Roberto Marinho, Geisel seguia cassando parlamentares, utilizando-se das prerrogativas estabelecidas pelo AI5. No decurso de três dias, cassou três deputados federais integrantes da ala “autêntica” do MDB: *Em março de 1976, os deputados federais emedebistas Amaury Müller e Nadyr Rosseti tiveram seus mandatos cassados por criticarem a ‘Revolução de 1964’; em abril, o deputado Lysâneas Maciel também viu cassados seu mandato e seus direitos políticos por protestar contra as cassações*

⁵⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004, p. 24.

⁵¹ *Ibid.*, p. 93.

⁵² *Ibid.*, p. 167-168.. Grifo meu.

Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. ISSN:1808-8031

anteriores.⁵³ Mais do que atingir o MDB em seu conjunto, estas cassações visavam debilitar o grupo “autêntico” que vinha se fortalecendo; desestimular iniciativas que transbordassem os limites propostos pelo projeto distensionista e fortalecer a posição dos “moderados”. A despeito destes evidentes limites, Gaspari identifica um grande “avanço” do projeto distensionista neste ano: a demissão dos generais Ednardo D’Avila Mello e Confúcio Danton de Paula Avelino, respectivamente do Comando do II Exército e do Centro de Informações do Exército, motivada pelo assassinato de Manoel Fiel Filho. Efetivamente os militares demitidos eram profundamente comprometidos com o aparato repressivo e sua lógica. No entanto, a própria interpretação de Gaspari para este episódio reconhece que o fator fundamental para as demissões foi a necessidade sentida por Geisel de restabelecer o controle sobre o Exército e impor sua autoridade, e não a preocupação com os direitos humanos:

O regime acumulara em torno de trezentos mortos e cerca de 6 mil denúncias de tortura, mas na noite de 18 de janeiro de 1976, o problema do general Ernesto Geisel relacionara-se com a disciplina militar, não com os direitos humanos. Entendia a ditadura como uma modalidade de governo às vezes necessária e, no caso brasileiro, conveniente. Aceitara a tortura e os assassinatos porque vira neles recursos lógicos para a defesa do Estado. Seu limite era a anarquia militar.⁵⁴

O ano seguinte seria igualmente marcado pela condução dura de Geisel sobre o processo, e sobretudo pela preocupação em torno das eleições para governador que estavam previstas para 1978, e que de acordo com as regras impostas pela própria ditadura, seriam eleições diretas, o que gerava preocupação no interior da ARENA, incomodava os militares envolvidos na ditadura e desagradava Geisel. De acordo com Gaspari, o MDB teria chegado a receber a proposta de um acordo político que envolveria o cancelamento das eleições:

O presidente do MDB não queria negociar. Petrônio procurou-o formalmente no dia 9 de março. Conversaram por quase duas horas. No dia seguinte, Ulysses reuniu o Diretório Nacional, contou que lhe fora oferecido o sacrifício das eleições diretas dos governadores e o início de entendimentos que pudessem levar a uma reforma política. Pediu aos quinze pares que opinassem. Resultou o óbvio: o sacrifício foi repudiado por 15 x 0. Ele repetira, com rapidez e método, o golpe que aplicara ao encontro secreto que tivera com Golbery em 1975. De novo, transferia ao governo o risco de uma crise que estava nele, não no MDB⁵⁵

A recusa do MDB, tratada como “golpe” por Gaspari não era apenas uma forma de “transferir ao governo o risco”, mas a única alternativa de sobrevivência política ao partido, que

⁵³ MACIEL, op. cit., p. 133.

⁵⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004, p. 220-221.

chegaria desmoralizado nas eleições de 1978 se aceitasse um acordo político com este conteúdo. Na sequência deu-se a rejeição ao projeto de reforma do Judiciário e o fechamento do Congresso imposto por Geisel. Esta medida extrema não deve ser vista como um “recuo” do projeto distensionista, mas ao contrário, propiciou ajuste institucional necessário ao avanço deste projeto. Embora para Geisel fosse preferível contar com a cumplicidade do MDB para este ajuste, não é contraditório com o conteúdo do projeto que ele tenha sido imposto de forma explicitamente ditatorial. Com o Congresso fechado, Geisel criou uma comissão que tinha a prerrogativa de redigir um amplo projeto de “reforma política”, constituída por três integrantes do Executivo e três parlamentares arenistas, respectivamente: Geisel, Golbery, Armando Falcão, Petrônio Portela, Marco Maciel e Francelino Pereira. De acordo com David Maciel:

As principais medidas foram a suspensão das eleições diretas para governadores de estado e para um terço dos senadores (22 cadeiras) em 1978 (...) O mandato do presidente seguinte foi ampliado para 6 anos e sua eleição indireta foi antecipada de 15 de janeiro de 1979 para 15 de outubro de 1978, ainda na legislatura de 1974, em que a Arena tinha maioria. (...) As cadeiras na Câmara dos Deputados aumentaram de 364 para até 420 conforme o número de habitantes (e não de eleitores). As bancadas dos estados foram limitadas em no máximo 55 deputados federais e o mínimo foi ampliado de 3 para 6. O quórum para aprovação de emenda constitucional foi reduzido de dois terços para maioria simples (50% mais 1, anulando o poder de veto do MDB. Nas eleições de senador e prefeito, os partidos poderiam indicar até três candidaturas através da sublegenda, dando margem às disputas fisiológicas na Arena e dificultando a unificação do MDB em torno de candidaturas fortes.⁵⁶

O Pacote de Abril promoveu assim um amplo reordenamento político, consolidando a institucionalidade conservadora na qual se desenvolveria a transição, de tal forma que algumas medidas, como a distorção regional na representação parlamentar sobreviveriam até mesmo à Constituição de 1988, mantendo-se ainda atualmente. Desta forma, como indica David Maciel, *“O Pacote de Abril marcou o fim de uma etapa no processo sucessório e impediu que a reativação da representação política invertesse a supremacia da representação burocrática no interior da sociedade civil”* e que, justamente por isto, *“não foi um ato de reversão dos propósitos distensionistas do governo, mas um ato de afirmação da capacidade do governo de conduzi-lo, mesmo que sob o acirramento das contradições civis e militares do bloco no poder”*.⁵⁷

⁵⁵ Ibid., p. 355-356. Gaspari registra que ao recusar o acordo, *“Ulysses contrariava a opinião do secretário geral do partido. Principal defensor da conciliação, Thales achava necessário conjurar o confronto”*.

⁵⁶ MACIEL, op. cit., p. 149.

⁵⁷ Ibid., p. 150.

O passo seguinte seria o lançamento da candidatura do General Figueiredo à presidência da República, executada em combinação com quatro veículos da grande imprensa (*Veja*, *Istoé*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*) que simultaneamente publicaram matérias laudatórias: “os jornais traziam extensos perfis do general e as duas revistas, sua fotografia na capa”.⁵⁸ Na perspectiva assumida por Gaspari, a demissão do General Sylvio Frota marcou o grande triunfo do projeto distensionista, de tal forma que o episódio marca o fechamento de seu livro, com a seguinte passagem: “*Treze anos depois da noite de abril de 1964, aquela em que o general Arthur da Costa e Silva anunciara que iria ‘assumir essa coisa toda’, Ernesto Geisel restabelecer a autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas*”.⁵⁹ Tal autoridade era imprescindível para a condução do processo nos termos autoritários em que era proposto. Mas seria simplório compreender que a maior marca do governo Geisel tenha sido o confronto entre Geisel e Frota. O confronto fundamental empreendido no governo Geisel, ao contrário do que propõe Gaspari, não foi contra a “linha dura”, mas contra a oposição de esquerda que recusava os limites impostos pelo projeto distensionista, e que foi objeto de violenta repressão.

A repressão no Governo Geisel

Gaspari afirma reiteradamente que os agentes da repressão – tratados por ele restritivamente como *o porão* ou *a tigra* – desafiavam a autoridade de Geisel e mantinham em funcionamento o aparato repressivo por sua própria iniciativa. Ainda que este possa ser o caso de algumas operações específicas, uma avaliação de conjunto sobre a repressão no governo Geisel indica claramente que a manutenção em pleno funcionamento do aparato repressivo é resultado de decisão política do grupo palaciano – Geisel e Golbery à frente. É verdade que Sylvio Frota pretendia impor-se como candidato à presidência, e para isto articulava com as frações mais radicalizadas das Forças Armadas, constituindo-se desta forma em obstáculo ao projeto distensionista. No entanto, outros oficiais profundamente comprometidos com a repressão, como Hugo Abreu e o próprio João Figueiredo cumpriam funções estratégicas no governo Geisel, assim como um civil como Armando Falcão, defensor explícito do endurecimento da repressão e que permaneceu à frente do Ministério da Justiça durante todo o governo Geisel.

⁵⁸ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004, p. 434-435.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 481.

Em 1974, ano da posse de Geisel, houve um relativo arrefecimento da repressão, a considerar-se o número de denúncias registradas de torturas, reduzidas a 67,⁶⁰ o que atesta expressiva diminuição em relação à média anual durante o governo Médici. No ano seguinte, no entanto, ao mesmo tempo em que os discursos públicos de Geisel frustravam as expectativas em torno do avanço do processo de liberalização política, o aparato repressivo retomava o padrão anterior, com 585 denúncias de torturas, o que, como o próprio Gaspari registra, teria sido “o maior número excluindo os dos cinco anos de Médici”.⁶¹ Aquele ano foi marcado sobretudo pela caçada ao PCB, com mais de 200 militantes presos e diversos mortos sob tortura. Uma operação de grande porte e com várias ramificações, que certamente não teria como ser desencadeada como iniciativa isolada do “porão”, sem a concordância de Geisel. Basta lembrar que o discurso de Geisel de setembro de 1975, no qual mencionava a necessidade de manter a ação repressiva, foi proferido justamente quando a repressão retornava a patamares próximos aos do governo Médici. Os objetivos visados nesta operação eram claramente coincidentes com aqueles visados pelo projeto distensionista, pois a operação pretendia simultaneamente desbaratar o PCB e atingir os “autênticos” do MDB, justamente a fração daquele partido que recusava os acordos constituintes da transição pelo alto.⁶² Mesmo quando Gaspari reconhece que Geisel permitia ou tolerava o desenvolvimento da escalada repressiva, trata esta opção como parte de uma estratégia que teria o sentido contrário: na sua interpretação, ao admitir o avanço da repressão, Geisel tinha como objetivo “acalmar” os radicais para poder avançar a distensão, como se estivesse dando “um pouco de pasto às feras”: “Essa expressão sugere uma benévola premeditação, em que uma violência menor se justifica diante de um objetivo maior. Um caso, ocorrido na rotina repressiva da ditadura, mostra a naturalidade com que Geisel e Golbery davam pasto às suas feras”.⁶³ Ainda de acordo com sua interpretação, o grande problema seria que “não havia pasto que chegasse”,⁶⁴ o que recolocava permanentemente as exigências cada vez maiores da *tigrada*.

Em 1976, além da rotina da repressão no interior dos aparatos que permaneciam em pleno funcionamento, ocorreram as mortes misteriosas de João Goulart e de Juscelino Kubitschek

⁶⁰ Ibid., p. 490.

⁶¹ Ibid.

⁶² Este objetivo pode ser identificado no documento mencionado por Gaspari segundo o qual “*Em março, o CIE produzira uma lista de 54 parlamentares [do MDB] contaminados por contatos com o PCB*”. Ibid., p. 70.

⁶³ Ibid., p. 269-270. O caso relatado na sequência é o da extradição da estudante Marie Hélène Russi, extraditada para a Suíça embora vivesse no Brasil desde os quatro anos de idade.

⁶⁴ Ibid., p. 270.

Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. ISSN:1808-8031

e a incorporação do Brasil na Operação Condor, ampliando a escala da atuação do aparato repressivo.⁶⁵ E, finalmente, em 1977, diversas novas operações repressivas alimentaram-se do clima de regressão estabelecido pelo Pacote de Abril. Entre maio e dezembro ocorreu a prisão de oito integrantes da Liga Operária a 1º de Maio; a repressão ao movimento estudantil – com 348 estudantes presos em Minas Gerais, mais de dois mil detidos na ocupação da UnB pelo Exército e o desencadeamento da mega-operação contra os estudantes na PUC-SP conduzida pelo Coronel Erasmo Dias -; a cassação do deputado Alencar Furtado, um dos mais destacados líderes do grupo dos “autênticos” do MDB, por ter pedido respeito aos direitos humanos no programa televisivo concedido ao MDB; e o massacre da Lapa em dezembro, que eliminou a direção do PCdoB, em uma operação conduzida de forma a não deixar sobreviventes. Esta última operação é ilustrativa do comprometimento de Geisel, pois foi conduzida com o apoio explícito do General Dilermando Monteiro, militar de confiança nomeado por Geisel como novo Chefe do 2º Exército, em substituição ao General Ednardo D’Avilla Mello.⁶⁶ Não se trata de alguém integrante do “esquema de Frota”, mas justamente daquele que foi nomeado no ato considerado por Gaspari como o mais marcante de 1976, a troca de comando no II Exército.

Considerações Finais

A pretensão explicitamente assumida por Gaspari de apresentar Geisel e Golbery como grandes responsáveis pelo encaminhamento da abertura política não encontra amparo na história concreta do governo Geisel. Por um lado, o avanço real em direção a um processo de abertura política – ou mesmo de liberalização seletiva – foi muito reduzido, e coexiste com inegáveis retrocessos. Por outro, a continuidade da repressão em larga escala e direcionada aos

⁶⁵ O envolvimento brasileiro na Operação Condor é praticamente ignorado por Gaspari e suas escassas referências minimizam ou refutam o envolvimento de Geisel: “*Em janeiro de 1975, Geisel mostrara-se contrário a um envolvimento direto do SNI com os chilenos. (...) Até 1976, a participação do Brasil na Operação Condor restringira-se à troca de informações. Agentes brasileiros interrogaram presos no Chile e no Paraguai. Um telegrama da CIA de agosto de 1976 revelou que Brasília cooperava com as operações de inteligência da Condor. Chegou a oferecer-lhe equipamento de telecomunicações, mas mantivera-se longe do Esquadrão da Morte. Ibid., p. 381-382. É certamente uma referência muito insuficiente frente ao engajamento do Brasil com a Operação Condor, e a desresponsabilização de Geisel é insustentável.*”

⁶⁶ Gaspari percebe esta contradição, e a explica sugerindo que o General Dilermando comportou-se de forma surpreendente: “*O comandante do II Exército, Dilermando Gomes Monteiro, que desceu em São Paulo para substituir Ednardo d’Avila Mello, tomara um curso imprevisto. Além de referendar o ‘Massacre da Lapa’, parecia reencarnar o antecessor. Diante da notícia de que se torturava um preso, reagiu classificando-a de ‘aleivosia’*”

Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. ISSN:1808-8031

diversos movimentos de oposição que recusaram o formato restrito e autoritário do projeto distensionista apresenta-se como contraface relevante e necessária do projeto distensionista, que não pode ser devidamente avaliado sem referências a ela.

Na segunda metade dos anos 1970, a ditadura já havia cumprido as tarefas para as quais se estabeleceu uma década antes, e por isto para a classe dominante brasileira o encaminhamento de uma transição controlada aparecia como alternativa excelente. Elio Gaspari expressa isto, a seu modo e com expressões que lhe são próprias, mas ainda assim de forma muito límpida: *Em 1978 a América já não estava sob a ameaça comunista. Pelo contrário, padecia do choque da quimioterapia das ditaduras*.⁶⁷ Tornava-se lógico então propiciar condições para a recuperação “do paciente”, no que Golbery trataria como um novo movimento de “diástole”. Mas concretamente muito pouco deste movimento pode ser observado durante o transcorrer do governo Geisel.

A explicação de Gaspari para os recuos e limites do processo de abertura sob o governo Geisel são insuficientes e assumem uma suposta ingenuidade frente às aspirações do *porão*, que teriam feito com que ele perdesse a maior parte do tempo de seu governo buscando uma conciliação impossível: *“Durante todo o ano de 1975, Geisel tentou contemporizar com a indisciplina do porão e com o radicalismo de Frota. (...) Aceitava o que tivesse acontecido, desde que não voltasse a acontecer. A cada concessão, vira-se diante de uma nova exigência. Na crise de outubro [de 1977] encarava a crueza de seu emparedamento político.* ⁶⁸ Geisel, no entanto, não apenas “aceitava o que tivesse acontecido”, mas aproveitava-se da repressão para eliminar adversários e regular o ritmo desejado de um processo que explicitamente anunciava como “lento, gradual e seguro”. É descabido, portanto, considerá-lo como responsável maior do processo de democratização. Mais adequado seria precisar sua contribuição para os limites deste processo, para seu prolongamento e suas contradições e para o êxito da perspectiva de imposição de uma pesada herança autoritária para a nova ordem que adviria a seguir. O projeto distensionista foi exitoso, não nos termos propostos pela interpretação de Gaspari, mas sobretudo por garantir a consolidação da contra-revolução através de sua estabilização e da afirmação de

inventada por ‘falsos patriotas’. Denunciou ‘o intuito de lançar a opinião pública contra os órgãos de segurança – cujo único interesse é a manutenção da paz e da tranquilidade geral’”. Ibid., p. 417.

⁶⁷ Ibid., p. 371.

⁶⁸ Ibid., p. 203.

Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. ISSN:1808-8031

uma via democrática restritiva, que produziu uma democracia blindada e impermeável às pressões e demandas populares.